



ISOMORFISMO E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DA BM&FBOVESPA

Objetivo: O objetivo deste artigo é verificar a existência de isomorfismo nas ações voltadas para responsabilidade social corporativa das empresas do Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM&FBovespa.

Método: Desenvolveu-se pesquisa qualitativa e utilizada a técnica de análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade e informações dos sites oficiais das empresas do ISE.

Originalidade/Relevância: estudos existentes relacionam responsabilidade social corporativa e isomorfismo o analisam como motivo e influência para a apresentação dos relatórios de sustentabilidade e o formato de sua apresentação, mas não se há isomorfismo nas ações de RSC.

Resultados: O setor das Instituições Financeiras foi o que mais apresentou processo de isomorfismo, considerando as empresas de controle totalmente privado nacional. Verificou-se também que empresas multinacionais sofrem pressões isomórficas limitadas e não foi verificado isomorfismo nas empresas que possuem o Estado como sócio majoritário.

Contribuições teóricas/metodológicas: No entanto, a presente pesquisa contribui para o estudo do processo do isomorfismo em relação à Responsabilidade Social Corporativa, analisando dados divulgados pelas empresas (verificando semelhanças das ações adotadas).

Palavras-chave: Isomorfismo. Relatórios de Sustentabilidade. Responsabilidade Social Corporativa.

Daniel Cargnin da Silva

Graduado em Psicologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Brasil. E-mail: cargnindaniel@gmail.com

Graciella Martignago

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Brasil. E-mail: graciella.martignago@unisul.br

Wlamir Gonçalves Xavier

Doutor em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Professor da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Brasil. E-mail: wlamirxavier@gmail.com

Simone Sehnem

Doutora em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Professora e Pesquisadora na Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC e na Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Brasil. E-mail: simonesehnem_adm@yahoo.com.br

Recebido em: 09 de novembro, 2017

Aprovado em: 26 de março, 2018

Processo de Avaliação: Double Blind Review

Como citar

(APA)

da Silva, D., Martignago, G., Xavier, W., & Sehnem, S. (2018). Isomorfismo e Responsabilidade Social Corporativa das Empresas que Compõem o Índice de Sustentabilidade da BM&FBovespa. *Iberoamerican Journal Of Strategic Management (IJSM)*, 17(3), 116-127. doi:10.5585/ijsm.v17i3.2649

(ABNT)

DA SILVA, D., MARTIGNAGO, G., XAVIER, W., SEHNEM, S.. Isomorfismo e Responsabilidade Social Corporativa das Empresas que Compõem o Índice de Sustentabilidade da BM&FBovespa. *Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)*. 17, sep. 2018. Available at: <<http://revistaiberoamericana.org/ojs/index.php/ibero/article/view/2649>>



ISOMORPHISM AND CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY OF COMPANIES IN THE SUSTAINABILITY INDEX OF BM & FBOVESPA

Objective: Our objective was to verify the existence of isomorphism within actions aimed at Corporate Social Responsibility (CSR) of companies in the Sustainability Index (ISE) of BM & FBovespa.

Method: In this qualitative research study, we completed a content analysis of sustainability reports and information from the official websites of ISE companies.

Originality / Relevance: Past studies related corporate social responsibility and isomorphism and analyzed them as the motivation and influence for the presentation of sustainability reports. However, these studies have failed to identify whether there is isomorphism in Corporate Social Responsibility actions.

Results: When reviewing all private Brazilian companies, the financial institutions sector was the one that presented the most isomorphic processes. We also verified that multinational companies suffer limited isomorphic pressures; additionally, no isomorphism was verified in companies that have the state as the majority partner.

Theoretical / methodological contributions: This research contributes to the study of the process of isomorphism in relation to Corporate Social Responsibility, by analyzing data divulged by the companies (verifying similarities of the adopted actions).

Keywords: Isomorphism. Sustainability Reports. Corporate Social Responsibility.

ISOMORFISMO Y RESPONSABILIDAD SOCIAL CORPORATIVA DE LAS EMPRESAS QUE COMPONEN EL ÍNDICE DE SOSTENIBILIDAD DE BM & FBOVESPA

Objetivo: El objetivo de este artículo es verificar la existencia de isomorfismo en las acciones dirigidas a la responsabilidad social corporativa de las empresas del Índice de Sustentabilidad (ISE) de la BM & FBovespa.

Método: Se desarrolló investigación cualitativa y se utilizó la técnica de análisis de contenido de los informes de sustentabilidad e informaciones de los sitios oficiales de las empresas del ISE.

Originalidad / Relevancia: estudios existentes relacionan responsabilidad social corporativa e isomorfismo lo analizan como motivo e influencia para la presentación de los informes de sustentabilidad y el formato de su presentación, pero no hay isomorfismo en las acciones de RSC.

Resultados: El sector de las Instituciones Financieras fue el que más presentó proceso de isomorfismo, considerando las empresas de control totalmente privado nacional. Se verificó también que empresas multinacionales sufren presiones isomórficas limitadas y no se verificó isomorfismo en las empresas que poseen el Estado como socio mayoritario.

Las contribuciones teóricas / metodológicas: Sin embargo, la presente investigación contribuye al estudio del proceso del isomorfismo en relación a la Responsabilidad Social Corporativa, analizando datos divulgados por las empresas (verificando semejanzas de las acciones adoptadas).

Palabras clave: Isomorfismo. Informes de Sostenibilidad. Responsabilidad Social Corporativa.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, as pressões sociais para que as empresas realizem negócios de forma responsável estão cada vez maiores. Investidores, funcionários, clientes e fornecedores e demais *stakeholders* demonstram maior preocupação com questões ambientais e com o desempenho social das organizações. Houve crescente aceitação do papel substancial e indispensável da responsabilidade social corporativa (RSC) na sociedade, o que leva as empresas a adotarem atitudes mais sustentáveis (Carroll, 1999; Schwartz & Carroll, 2003; Wei, Egri & Lin, 2014).

A RSC pode ser definida como instâncias em que uma empresa ultrapassa seus interesses e a conformidade legal para se envolver em atividades capazes de gerar um bem-estar social (Hah & Freeman, 2014). Além de adotarem práticas de RSC, as empresas criam políticas de divulgação corporativa, que são um importante meio pelo qual as organizações podem influenciar as percepções externas sobre a sua organização (Machado & Ott, 2005).

A RSC na percepção de Carrol (1999) compreende uma estrutura que assenta a responsabilidade econômica, a responsabilidade legal, a responsabilidade ética e a responsabilidade filantrópica. Portanto, parte de premissas normativas, no intuito de atender requisitos legais.

De acordo com Melo e Froes (2001) a RSC demanda que as empresas adotem uma atitude de responsabilidade social e comportamento ético e responsável. Está alicerçada em um conjunto de valores. Pode ser considerada uma postura estratégica empresarial. Além disso, pode ser entendida como sendo uma estratégia de relacionamento e de marketing institucional. Ainda, como sendo uma estratégia de valorização das ações da empresa. Permite promover a cidadania individual e coletiva, assim como o exercício da consciência ecológica. E por fim, a RSC pode ser reconhecida como sendo uma estratégia de inserção na comunidade e de integração social.

A evidenciação de informações tem se tornado uma aliada importante diante do mercado cada vez mais competitivo, visando ganho de legitimação e sustentabilidade da empresa (Machado & Ott, 2015). Uma das formas utilizadas pelas empresas para divulgação dessas informações são os relatórios de sustentabilidade, que procuram “prestar contas” à sociedade em geral sobre as ações da empresa relacionadas às mais diversas partes envolvidas (Rese & Canhada, 2011). Outra forma utilizada pelas empresas para evidenciação

de ações sustentáveis é a participação em índices de sustentabilidade como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (*Dow Jones Sustainability Index*), das empresas listadas na bolsa norte-americana, e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, que contempla as empresas listadas na bolsa de valores brasileira.

A teoria institucional auxilia na compreensão dessas influências que as empresas estão sujeitas. Instituições podem ser definidas como as regras do jogo: estruturas e atividades cognitivas, normativas e regulatórias que proporcionam estabilidade e significado ao comportamento social (Scott, 1995). As instituições influenciam as ações organizacionais, incluindo as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável (Aksak & Duman, 2016). Uma vez atingidas por essas pressões, as empresas que estão em um ambiente institucional semelhante tendem a se tornar mais homogêneas, caracterizando o isomorfismo, que é um “processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais” (Dimaggio & Powell, 2005, p. 3).

Além disto, estudos que relacionam responsabilidade social corporativa e isomorfismo o analisam como motivo e influência para a apresentação dos relatórios de sustentabilidade e o formato de sua apresentação (Bhimani & Silvola; Sivabalan, 2016; Rese & Canhada, 2012; Ferreo & Sanchez, 2017; Othman, Darus & Arshad, 2011; Jacomosi, Casagrande & Reis (2015); Othman, Darus & Arshad, 2011). Observa-se também, que o caráter contextual das pesquisas sobre responsabilidade social corporativa justifica-se pelo fato de que o comportamento corporativo socialmente responsável pode significar coisas diferentes de acordo com o contexto (Campbell, 2007).

Nesse sentido, cabe indagar se há isomorfismo nas ações voltadas para sustentabilidade divulgadas pelas empresas que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa? Com base no contexto brasileiro, um país emergente, tem-se como objetivo principal verificar a existência de isomorfismo nas ações voltadas para sustentabilidade divulgadas pelas empresas que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, ao (i) identificar as empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da

BM&FBovespa; (ii) identificar as ações voltadas para sustentabilidade divulgadas por essas empresas; e (iii) verificar as semelhanças nas ações de RSC divulgadas por essas empresas.

A contribuição esperada do artigo consiste em compreender se há isomorfismo nas ações voltadas para a sustentabilidade divulgadas pelas empresas que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa e suas implicações para o contexto organizacional. Compreender os desdobramentos do isomorfismo no contexto organizacional pode ser determinante para a tomada de decisão de múltiplos *stakeholders* organizacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o advento da globalização, as corporações são cada vez mais responsabilizadas pela realização dos negócios (Carroll, 1999; Schwartz & Carroll, 2003; Yin & Zhang, 2012). Houve crescente aceitação do papel substancial e indispensável da responsabilidade social corporativa (RSC) na sociedade (Wei, Egri & Lin, 2014), o que leva as empresas a adotarem atitudes mais sustentáveis. Nos dias de hoje, a implementação da sustentabilidade corporativa é considerada uma importante tarefa de gestão com o objetivo de integrar questões sociais e ambientais nas práticas de gestão de uma empresa (Windolph, Schaltegger & Herzig, 2014).

Durante as últimas duas décadas, os conceitos de sustentabilidade corporativa, responsabilidade social corporativa e gerenciamento de sustentabilidade receberam atenção crescente na literatura de gestão e na prática corporativa (Windolph, Schaltegger & Herzig, 2014). Um grande número de empresas está mais do que nunca envolvido ativamente na definição e integração de questões sociais e ambientais em suas atividades (Yin & Zhang, 2012).

A responsabilidade social corporativa pode ser definida como um processo contratual para definir as relações entre a empresa e as partes interessadas, impulsionar os processos de tomada de decisão, estabelecer expectativas e acordar compromissos entre o mundo empresarial e a sociedade (Baddache & Nicolai, 2013). A empresa responsável socialmente ultrapassa seus interesses e a conformidade legal para se envolver em atividades capazes de gerar um bem-estar social (Hah & Freeman, 2014) como resultado da extensão da governança corporativa porque os

deveres fiduciários são estendidos além dos acionistas e inclui partes interessadas mais amplas (Hah & Freeman, 2014). É um processo contínuo, uma vez que as expectativas e o compromisso evoluem ao longo do tempo (Baddache & Nicolai, 2013).

Dado o aumento no volume de investimentos socialmente responsáveis nos últimos 15 anos e o maior interesse do mercado de capitais pela sustentabilidade (Windolph, Schaltegger & Herzig, 2014), surgiram classificações e índices de sustentabilidade que analisam o desempenho ambiental, social e econômico das empresas listadas em bolsas de valores. Estes índices têm o objetivo de indicar que a empresa é um bom cidadão corporativo, ou seja, suas ações justificam a sua existência contínua, o que contribui para a reputação da empresa e captação de investimentos (Othman, Darus & Arshad, 2011).

Em resposta à demanda dos investidores, que prestam cada mais atenção às questões sociais e ambientais na tomada de decisões e às expectativas de funcionários, clientes, fornecedores e outras partes interessadas, que demonstram maior preocupação com o desempenho socialmente responsável, há uma tendência crescente de ocorrer a divulgação voluntária das práticas de RSC através de relatórios de sustentabilidade (Ferrero & Sanches, 2017). Desde a publicação dos primeiros relatórios ambientais, o que ocorreu na década de 1980, o número de empresas que publicam informações sobre suas políticas ambientais, sociais ou de sustentabilidade e os impactos da RSC aumentaram substancialmente (Mapurung, Lima & Holanda, 2015; Bhimani, Silvola & Sivabalan, 2016).

A evidenciação voluntária das informações de natureza ambiental e social pode estar ligada à necessidade das empresas buscarem a legitimação no ambiente em que se inserem, ou manter sua legitimidade organizacional que já é reconhecida pela sociedade (Mapurung, Lima & Holanda, 2015) e sinaliza a transparência de uma empresa, além de ser vista como um meio de aumentar a reputação de uma empresa. Contribui para a atração de clientes, captação de investimentos, além de auxiliar na conquista e retenção de talentos pois aumenta a motivação e satisfação dos trabalhadores (Othman, Darus & Arshad, 2011). A sobrevivência empresarial passou a não depender apenas da eficiência e lucros, mas também da aceitação social do produto e dos métodos operacionais utilizados pela empresa que passaram a ser descritos nesses relatórios (Machado & Ott, 2015).

Como resultado da divulgação das informações de RSC, as organizações passaram a estar mais pressionadas a aplicar padrões ambientais, sociais, éticos e responsáveis às suas atividades comerciais e, desta forma, redefiniram o seu papel na sociedade (Aksak & Duman, 2016). Essas pressões são geradas pelo ambiente institucional que essas organizações fazem parte.

Instituições são definidas como estruturas regulatórias, como agências governamentais, além de leis, profissões. São estruturas e atividades cognitivas, normativas e regulatórias que proporcionam estabilidade e significado ao comportamento social (Scott, 1995) e estabelecem as regras do jogo (North, 1991).

Scott (1995) classificou as instituições através de três pilares: (i) Regulatório, composto por leis e regulações formais; (ii) Normativo, composto por valores (concepções dos comportamentos preferidos ou desejáveis pela sociedade) e normas (que especificam como as coisas devem ser feitas); e (iii) Cognitivo, regras que constituem a natureza da realidade, influenciado por questões pessoais dos indivíduos (crenças, concepções pessoais).

A RSC é influenciada pelos três pilares: regulações/leis (pilar regulatório), valores e normas sociais (pilar normativo) e cultura e visão de mundo das pessoas ligadas às empresas (pilar cognitivo). Nesse sentido, pode-se afirmar que as instituições influenciam fortemente a RSC, bem como as ações organizacionais (Aksak & Duman, 2016).

Embora todas as empresas estejam inevitavelmente sujeitas a pressões institucionais, diferentes empresas podem enfrentar diferentes níveis de pressão institucional (Gao, 2011). Oliver (1991) afirma que múltiplas demandas conflitantes tendem a inspirar comportamentos de não-conformidade. Além disso, as respostas das empresas às pressões institucionais semelhantes podem ser diferentes e a intensidade das pressões para a RSC também pode influenciar a adoção da RSC (Pedersen & Gwozdz, 2014). As respostas às pressões institucionais dependerão de por que as pressões estão sendo exercidas, quem as exerce, quais são essas pressões e como e onde elas ocorrem (Oliver, 1991).

Nesse contexto, as empresas não competem somente por recursos e clientes, mas por poder político e legitimação institucional e por adequação social (Dimaggio & Powell, 2005). Nessa busca por legitimação, poder e adequação social, as empresas que estão em um ambiente institucional semelhante podem se tornar mais homogêneas. Este fenômeno é o isomorfismo que “constitui um processo de

restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais” (Dimaggio & Powell, 2005, p. 3).

De acordo com Dimaggio e Powell (2005), há três tipos de isomorfismo: (i) coercitivo, derivado de autoridade coercitiva, resultado de pressões exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem (legislação por exemplo), e pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam; (ii) mimético, quando as empresas adotam outras empresas como modelo; e (iii) normativo, que deriva principalmente da profissionalização, resultando em adoção de padrões ligados a categorias profissionais diversas.

Kostova, Roth e Dacin (2008) argumentam que o isomorfismo é limitado em empresas multinacionais, devido a estas não pertencerem a um campo organizacional específico. No entanto, Hah e Freeman (2014) ao relacionar isomorfismo e RSC em multinacionais instaladas em países diferentes de sua origem (subsidiárias), propõem que estas subsidiárias sofrem pressões isomórficas para a adoção de estratégias de RSC para construção de sua legitimação. Ou seja, as multinacionais também sofrem pressões isomórficas, mesmo que de maneira mais limitada.

Estudos anteriores relacionando os dois temas (RSC e isomorfismo) analisaram o isomorfismo como motivação e influência para a apresentação dos relatórios de sustentabilidade e sua forma de apresentação (Bhimani Silvola & Sivabalan, 2016; Rese & Canhada, 2012; Ferreo & Sanchez, 2017; Othman, Darus & Arshad, 2011; Jacomosi, Casagrande & Reis, 2015; Othman, Darus & Arshad, 2011) eo isomorfismo como influência para as empresas adotarem ações sustentáveis e estratégias de RSC (Baddache & Nicolai, 2013; Aksak & Duman, 2016; Yin & Zhang, 2012; Hah & Freeman, 2014), sendo que estes últimos autores focaram seu estudo em multinacionais.

Este estudo analisou a presença do isomorfismo nas práticas de RSC divulgadas pelas empresas.

3 MÉTODO

Para verificação da existência de isomorfismo nas ações voltadas para sustentabilidade, foram selecionadas as empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F Bovespa do ano de

2016. “O objetivo do ISE é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial” (BM&F Bovespa, 2015). Este índice está disponível na internet (www.isebvmf.com.br) sendo utilizado o ano de 2016 por ser o mais recente para realização desta pesquisa.

O índice é composto por, no máximo, 40 empresas, que são avaliadas por um conselho deliberativo a cada ano, em sete dimensões: Ambiental, Social, Econômico-Financeira, Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa e Mudanças Climáticas. Para participar, as empresas devem estar no grupo que tem as 200 ações mais negociadas na bolsa, além de atenderem a outros critérios. A seleção é efetuada através de questionários, respondidos voluntariamente pelas empresas, e a avaliação do Conselho Deliberativo do ISE (BM&F Bovespa, 2015). Este índice foi escolhido para seleção da amostra devido às empresas divulgarem relatórios de sustentabilidade e buscarem fazer parte do ISE, utilizando este como uma forma de divulgação ou promoção da imagem de empresa sustentável.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, que “inclui um conjunto de técnicas

interpretativas que procuram descrever, decodificar, traduzir e, de outra forma, apreender o significado, e não a frequência, de certos fenômenos que ocorrem de forma mais ou menos natural na sociedade” (Cooper & Schindler, 2011, p. 146). A técnica de análise de dados foi a análise de conteúdo, onde o pesquisador analisa o material escrito ou gravado, provenientes de entrevistas, questionários, dados estatísticos, históricos, entre outros (Cooper & Schindler, 2011).

Foram utilizados dados primários, com foco na dimensão Social, devido a possibilidade de acesso a informações nos sites oficiais das empresas, além das contidas nos relatórios de sustentabilidade. Esta dimensão é composta por 4 critérios, cada um deles possuindo indicadores para avaliação, conforme quadro 1. Foram levantadas ações realizadas pelas empresas contidas no indicador 5 (Relação com a Comunidade), que engloba ações para o desenvolvimento da comunidade local, investimento social privado (de natureza voluntária e não voluntária) e programas de voluntariado. Este indicador foi utilizado devido à possibilidade de acesso às informações através dos sites e relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas.

| CRITÉRIOS | INDICADORES |
|--------------------------|---|
| Política | 1- Compromisso com Princípios e Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho 2- Compromisso com a Comunidade 3- Respeito a Privacidade, Uso da Informação e Marketing |
| Gestão | 4- Aplicação dos Compromissos com Princípios e Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho 5- Relação com a Comunidade 6- Relação com Clientes e Consumidores |
| Desempenho | 7- Diversidade e Equidade 8- Gestão de Fornecedores 9- Resolução de Demandas de Clientes e Consumidores |
| Cumprimento Legal | 10- Público Interno 11- Clientes e Consumidores 12- Sociedade |

Quadro 1 - Critérios e Indicadores da Dimensão Social do ISE

Fonte: BM&FBovespa (2015)

A justificativa para a escolha das empresas está vinculada aos seguintes aspectos:

- a) Pertencer ao ISE;
- b) Ter pelo menos 3 empresas listadas no mesmo setor de atuação (para permitir comparabilidade);

- c) Diretrizes legais/ambientais possuem certa similaridade

Para possibilitar a verificação da existência de isomorfismo, foram selecionados somente empresas cujos ramos de atividade possuíssem ao menos três representantes no ISE, uma vez que o

isomorfismo “constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais” (Dimaggio & Powell, 2005, p. 3).

Após análise da composição das empresas que compõem o ISE 2016, verificou-se que somente quatro ramos de atividade possuem três ou mais empresas, de acordo com a classificação do próprio ISE: Consumo cíclico/comércio, financeiras e outros/intermediação financeira, materiais básicos, madeira e papel e utilidade pública/energia elétrica. As empresas do ramo Consumo cíclico/comércio não foram estudadas devido a duas delas atuarem em parceria (B2W Digital e Lojas Americanas) possuindo ações relacionadas à propriedade comum, o que restringiria somente a análise a duas empresas/grupos. Além disso, os produtos comercializados pelas empresas deste ramo também são muito distintos o que faz com que as condições ambientais e regulação sejam diferentes, impossibilitando a verificação de existência de isomorfismo entre elas. Portanto, os critérios permitindo triar empresas pertencentes aos seguintes setores de atuação: Instituições Financeiras, Setor Elétrico e Materiais Básicos, Madeira e Papel. Nesta etapa, foram obedecidas das regras de homogeneidade e de pertinência (Bardin, 2016).

Após a coleta dos dados secundários, foi efetuada a análise de conteúdo (Bardin, 2016) dos

Relatórios de Sustentabilidade e informações disponíveis nos sites oficiais das empresas, com base nas categorias pré-estabelecidas conforme indicador 5 da Dimensão Social do ISE (ações para o desenvolvimento da comunidade local, investimento social privado - de natureza voluntária e não voluntária - e programas de voluntariado), visando identificar quais ações realizadas pelas empresas se enquadravam nessas categorias. Após esta etapa, as informações foram sintetizadas em quadros, seguindo o critério de semelhança das ações relatadas pelas empresas para a verificação da existência de isomorfismo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para apresentação dos dados, utiliza-se os termos Instituições Financeiras, Setor Elétrico e Materiais Básicos, Madeira e Papel para a definição dos ramos de atividade.

4.1 instituições Financeiras

Agrupadas na categoria instituições financeiras estão quatro empresas do ISE de 2016: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander. Após análise das ações voltadas para a sociedade, verificou-se algumas semelhanças entre elas, conforme quadro abaixo:

| CATEGORIA | AÇÕES | EMPRESAS |
|--|---|----------------------------------|
| Voluntariado | Possui Programa de Voluntariado | Todas |
| Investimento Social Privado (Voluntário) | Criação e Participação do Portal Empresas pelo Clima | Banco do Brasil, Bradesco e Itaú |
| Investimento Social Privado (Voluntário) | Investimentos em escolas públicas (capacitação de gestores e professores) | Itaú |
| Investimento Social Privado (Voluntário) | Apoio a Projetos Sociais voltados ao desenvolvimento sustentável, inclusão sócioprodutiva e tecnologia social | Banco do Brasil |
| Desenvolvimento da Comunidade Local | Possui escolas próprias, atendendo famílias de baixa renda gratuitamente | Bradesco |
| Desenvolvimento da Comunidade Local | Programas de Educação Financeira | Itaú e Santander |

Quadro 2 - Ações de Instituições Financeiras

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017

Conforme dados acima, pode-se observar que há poucas ações semelhantes entre as instituições financeiras. Somente o programa de voluntariado (incentivo aos funcionários para atuarem como voluntários em projetos sociais) foi observado em todas as instituições. Analisando somente as instituições privadas nacionais (Bradesco e Itaú) pode-se verificar que há isomorfismo na maioria das ações, corroborando com o conceito de Dimaggio e Powell (2005). Ambos atuam por meio de fundações, participam do portal de empresas pelo clima e possuem ações voltadas principalmente para a Educação.

Além disso, a instituição que menos se assemelha às demais é o Santander, a única empresa multinacional deste ramo. Tal fato corrobora com a afirmação de Kostova, Roth e Dacin (2008) de que a pressão isomórfica sobre as multinacionais é limitada. Esta instituição possui uma fundação somente no país de origem (Espanha) que atua principalmente através de programas de educação e preservação ambiental naquele país. No Brasil, a empresa possui programas de captação de recursos para fundos de proteção a crianças e adolescentes e conselhos municipais de idosos, além de programas de capacitação de profissionais de educação infantil pública e convênios e parcerias com universidades. Apesar de possuir programas voltados para educação como o Bradesco e Itaú, o Santander não possui o mesmo público e forma de atuação dessas empresas.

Outro fato a ser considerado é o do Banco do Brasil, que possui o Governo Federal do Brasil como sócio majoritário, o que faz com que essa instituição esteja sujeita a pressões institucionais diferentes das demais. As ações divulgadas por esta instituição incluem negócios sociais, como o Programa Minha Casa Minha Vida (para financiamento de imóveis para pessoas de baixa renda) e o Programa de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (voltado para pequenos agricultores familiares).

4.2 Setor Elétrico

As empresas do setor elétrico correspondem a nove empresas do ISE, sendo o segmento que possui mais representantes que fazem parte do índice. Quatro delas possuem Governos Estaduais como sócios majoritários (Celesc - Santa Catarina, Cemig - Minas Gerais, Copel - Paraná e CPFL Energia - São Paulo), uma possui o Governo Federal como sócio majoritário (Eletrobrás), três são multinacionais (AES Brasil, Engie e EDP Brasil) e somente uma é de controle privado nacional (Light S.A.).

Após análise das informações disponíveis nos sites e relatórios divulgados, observou-se que todas as empresas distribuidoras (Celesc, Cemig, Copel, CPFL Energia, Light S.A, AES Brasil e EDP Brasil) possuem programas de Eficiência Energética, reguladas pela lei 9.991/2000 que determina que concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica devem aplicar 0,75% de sua receita operacional líquida nesses programas (BRASIL, 2000). Observa-se, neste caso, o isomorfismo coercitivo, que é derivado de autoridade coercitiva, resultado de pressões exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem (Dimaggio & Powell, 2005).

As demais ações realizadas pelas empresas são diferentes, não sendo observado isomorfismo, conforme tabela abaixo. Tal fato pode ser explicado pela característica das empresas, cuja maioria possui governos estaduais ou o governo federal brasileiro como sócio majoritário ou por serem multinacionais, corroborando neste último caso, com a afirmação de Kostova, Roth e Dacin (2008) de que a pressão isomórfica sobre as multinacionais é limitada.

| CATEGORIA | AÇÕES | EMPRESA |
|--|---|--------------|
| Investimento Social Privado (Voluntário) | Ações de engajamento como limpeza de praias, melhorias de infraestrutura de escolas, creches, asilos, panfletagens com dias de economia de energia, distribuição de mudas e ações de Natal. | Celesc |
| Investimento Social Privado (Voluntário) | Realização de iniciativas culturais em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais. Apoio a Bienal do Livro, ao Projeto Fred (que desenvolve atividades artísticas e capacitação profissional para pessoas em vulnerabilidade ou risco social) e a Fundação Futuro Brasil para Criança e Adolescente (que realiza aulas de Inglês, Capoeira, Dança, Música e Reforço Escolar). | Cemig |
| Investimento Social Privado (Voluntário) | Realiza o projeto “Mais que Energia” voltado para pessoas surdas e surdocegas com os temas educação, inclusão social e segurança de ambientes. Atuação em parceria com as prefeituras municipais na implantação de hortas comunitárias em imóveis sob linhas de energia da empresa. | Copel |
| Investimento Social Privado (Voluntário) | Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos, Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso. Ações voltadas para reforço escolar e capacitação de professores. Projeto Bibliotecas Comunitárias (democratização do acesso à leitura). | CPFL Energia |
| Investimento Social Privado (Voluntário) | Possui Centros Comunitários de Produção (unidades voltadas para o uso eficiente da energia elétrica na produção agropecuária) e projeto de coleta seletiva solidária (doação de resíduos recicláveis a associações e cooperativas de catadores). Realiza também apoio a projetos apresentados conforme editais anuais. | Eletrobrás |
| Investimento Social Privado (Voluntário) | Projeto Light Escolas (educação ambiental voltado para o consumo eficiente de água e energia nas escolas). Instituto Light, espaço que realiza atividades culturais, artísticas e educacionais diversas. | Light S.A. |
| Desenvolvimento da Comunidade Local | Projeto Light Recicla (Troca de resíduos por descontos na conta de energia) | |
| Desenvolvimento da Comunidade Local | Ações através do Instituto AES: formação e conscientização sobre o uso consciente de energia e apoio empreendedores sociais na busca por soluções energéticas de baixo custo para populações de baixa renda. | AES Brasil |
| Voluntariado | Incentivo a trabalho voluntário dos colaboradores por meio do programa Energia do Bem. | |

| | | |
|--|---|------------|
| Investimento Social Privado (Voluntário) | Implantação de Centros de Cultura e Sustentabilidade em municípios de pequeno porte, que abrigam empreendimentos operados pela empresa e realização de parcerias com entidades locais visando o desenvolvimento local sustentável. | Engie |
| Desenvolvimento da Comunidade Local | Ações voltadas para a melhoria na qualidade de vida de crianças de comunidades carentes | |
| Investimento Social Privado (Voluntário) | Programa EDP nas Escolas (melhoria da qualidade da vida estudantil de alunos do ensino fundamental de escolas públicas municipais), investimento em projetos de disseminação e valorização do esporte, apoio a entidades voltadas para o tratamento de câncer infantil (GACC - Grupo de Assistência à Criança com Câncer e ACACCI - Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil) | EDP Brasil |
| Voluntariado | Incentivo a trabalhos voluntários de funcionários. | |

Quadro 3 - Ações de Empresas do Setor Elétrico

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2017

4.3 Materiais Básicos, Madeira e Papel

Este ramo de atividade possui três empresas no ISE, todas privadas de controle nacional: Duratex, Fibria e Klabin. Após busca nos sites e relatórios divulgados pelas empresas, foi constatado que somente a Duratex divulga ações voltadas para a sociedade (programas de capacitação e desenvolvimento social das comunidades em que a empresa atua e programa de voluntariado – D+ Valor). Observou-se que as empresas deste ramo divulgam muitas informações relacionadas à gestão e governança sustentáveis (como reflorestamento e educação ambiental), que não foram consideradas por não fazerem parte deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo verificar a existência de isomorfismo nas ações de responsabilidade social corporativa divulgadas pelas empresas que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. Este objetivo foi alcançado após análise das informações disponíveis nos sites e relatórios divulgados pelas empresas cujos ramos

de atividade possuem mais de três representantes no ISE.

O setor das “Instituições Financeiras” é o que mais apresenta isomorfismo, em especial nas duas empresas nacionais de controle privado. Ambas participam do portal de empresas pelo clima e possuem ações voltadas principalmente para a Educação. Considerando as características das demais empresas deste setor (uma multinacional e outra que possui o Governo Federal Brasileiro como sócio majoritário) pode-se afirmar que há presença de isomorfismo neste setor, em relação às ações voltadas para a sustentabilidade divulgadas por essas empresas.

Nas empresas do setor elétrico foi observado somente o isomorfismo coercitivo nas empresas distribuidoras de energia elétrica: todas possuem programas de eficiência energética reguladas pela lei federal 9.991/2000. Em relação às demais atividades não foi observado isomorfismo. A ausência de isomorfismo também foi constatada no setor de materiais básicos, madeira e papel, onde somente uma empresa divulga ações voltadas para a comunidade e programas sociais.

Um fator importante observado foi que a presença do Estado como sócio majoritário das empresas (seja Governos Estaduais ou Federais) implica na diferenciação de ações de

responsabilidade social levantadas nesse estudo. Tal fato foi observado em uma das instituições financeiras (que possui o Governo Federal como sócio majoritário) e cinco das empresas do setor elétrico (quatro possuem o Governo Estadual e uma o Governo Federal como sócio majoritário). Este fato faz com que essas empresas sofram pressões institucionais diferentes das empresas de controle totalmente privado, o que pode explicar a inexistência de isomorfismo em relação a elas. Este dado corrobora com Oliver (1991) que afirma que as respostas das empresas às pressões institucionais dependem de por que as pressões estão sendo exercidas, quem as exerce, quais são essas pressões e como e onde elas ocorrem.

Outro fato observado foi a limitação do isomorfismo nas multinacionais, conforme afirmação de Kostova, Roth e Dacin (2008). Tanto no setor elétrico quanto nas instituições financeiras (que possuíam multinacionais) foi verificado que as multinacionais não se tornam mais homogêneas diante das pressões institucionais, possuindo ações diferentes voltadas para a responsabilidade social.

Como limitações desta pesquisa, pode-se citar a amostra (somente empresas de capital aberto que fazem parte do ISE da BM&FBovespa) e dos setores analisados (somente três setores que possuem três ou mais representantes no ISE). Outra limitação foi em relação aos dados analisados: somente ações voltadas para comunidades, programas sociais, entre outros. Não considerou-se, por exemplo, ações de governança corporativa e voltadas à preservação ambiental.

No entanto, a presente pesquisa contribui para o estudo do processo do isomorfismo em relação à Responsabilidade Social Corporativa, analisando dados divulgados pelas empresas (verificando semelhanças das ações adotadas) e não somente a forma de apresentação dos relatórios de sustentabilidade ou as pressões isomórficas para que as empresas adotem ações sustentáveis. Para futuras pesquisas sugere-se a ampliação do público alvo (outros setores, mais empresas) e estudos visando compreender a quais pressões essas empresas estão sujeitas e como essas empresas respondem a essas pressões institucionais. A ampliação deste estudo pode auxiliar no entendimento de como e por quê as empresas adotam a Responsabilidade Social Corporativa.

REFERÊNCIAS

Aksak, E. O. & Duman, S. A. (2016). Gaining legitimacy through CSR: an analysis of Turkey's 30

largest corporations. *Business Ethics: a european review*, 25, 238-257.

Baddache, F. & Nicolai, I. (2013). Follow the Leader: How corporate social responsibility influences strategy and practice in the business community. *Journal of Business Strategy*, 34, 26-35.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Bhimani, A.; Silvola, H.; Sivabalan, P. (2016). Voluntary CSR Reporting: a study of early and late reporter motivations and outcomes. *Journal of Management Accounting Research*, 28, 77-101.

BM&F Bovespa. (2015). Metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Disponível na internet via [WWW.URL: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm). Arquivo capturado em 04 de setembro de 2017.

Lei n. 9.991, de 24 julho de 2000. Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.

Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível na internet via [WWW.URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9991.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9991.htm). Arquivo capturado em Acesso 05 de setembro de 2017.

Campbell, J. L. (2007). CSR, why would corporations behave in socially responsible ways? an institutional theory of corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, 32, 946-967.

Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. *Business & Society*, 38, 268-295.

Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2011). *Métodos de pesquisa em administração* (10a ed.). Porto Alegre: Bookman.

Dimaggio, P. J. & Powell, W. W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, 45, 74-89.

- Ferrero, J. M. & Sanchez, I. M. G. (2017). Coercive, normative and mimetic isomorphism as determinants of the voluntary assurance of sustainability reports. *International Business Review*, 26, 102-118.
- Gao, Y. (2011). Philanthropic disaster relief giving as a response to institutional pressure: Evidence from China. *Journal of Business Research*, 64, 1377-1382.
- Hah, K. & Freeman, S. (2014). Multinational enterprise subsidiaries and their CSR: a conceptual framework of the management of CSR in *Smaller Emerging Economies*. *Journal of Business Ethics*, 122, 125-136.
- Jacomosi, F. A.; Casagrande, R. M., Reis, L. G. (2015). O isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade: uma análise das empresas brasileiras que compõem o Dow Jones Sustainability Index. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 4, 49-64.
- Kostova, T., Roth, K., & Dacin, M. T. (2008). Institutional theory in the study of multinational corporations: a critique and new directions. *Academy of Management Review*, 33, 994-1006.
- Machado, D. P. & Ott, E. (2015). Estratégias de legitimação social empregadas na evidência ambiental: um estudo à luz da teoria da legitimidade. *Revista Universo Contábil*, 11, 136-156.
- Mapurung, P. V. R., Lima, B. C. C., & Holanda, A. P. (2015). Disclosure Social e Isomorfismo nas Empresas Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial. *Revista de Administração da UFSM*, 8, 267-281.
- Melo, F., Neto de; Froes, C. (2001). *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed.
- North, D. C. (1991). Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, 5, 97-112.
- Oliver, C. (1991). Strategic responses to institutional processes. *Academy of Management Review*, 16, 145-179.
- Othman, S.; Darus, F.; Arshad, R. (2011). The influence of coercive isomorphism on corporate social responsibility reporting and reputation. *Social Responsibility Journal*, 7, 119-135.
- Pedersen, E. R.G.; Gwozdz, W. (2014). From Resistance to Opportunity-Seeking: Strategic Responses to Institutional Pressures for Corporate Social Responsibility in the Nordic Fashion Industry. *Journal of Business Ethics*. 119, 245-264.
- Rese, N. & Canhada, D. I. D. (2012). Análise dos relatórios de sustentabilidade de bancos comerciais. *Revista de Administração FACES Journal*, 2, 130-149.
- Schwartz, M. S. & Carroll, A. B. (2003). Corporate social responsibility: a three-domain approach. *Business Ethics Quarterly*. 13, 503-530.
- Scott, W. R. (1995). *Institutions and organizations*. London: SAGE Publications.
- Wei, Y. C.; Egri, C. P.; Lin, C. Y. Y. (2014). Do corporate social responsibility practices yield different business benefits in eastern and western contexts? *Chinese Management Studies*, 8, 556-576.
- Windolph, S. E.; Schaltegger, S.; Herzig, C. (2014). Implementing corporate sustainability. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 5, 378-404.
- Yin, J. & Zhang, Y. (2012). Institutional dynamics and corporate social responsibility (csr) in an emerging country context: evidence from China. *Journal of Business Ethics*, 111, 301-316.